

INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NO BRASIL: REFLEXÕES A PARTIR DE UM GIRO DECOLONIAL SOBRE A RELAÇÃO ENTRE CIÊNCIA E RELIGIÃO¹

Cecília de Oliveira Prado²
Ana Maria Dietrich³

RESUMO

A relação entre ciência e religião tem sido objeto de discussão ao longo da história, e no Brasil, essa discussão também envolve questões de intolerância religiosa. Nesse contexto, este artigo se propôs a discorrer sobre a relação entre ciência e religião sob a perspectiva de um giro decolonial, a fim de desvelar como a herança colonial influenciou as atitudes de intolerância religiosa vivenciadas no Brasil, tanto no âmbito educacional quanto religioso. O objetivo deste artigo é compreender como a herança colonial brasileira influenciou as atitudes de intolerância religiosa e como a perspectiva decolonial pode contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e tolerante em relação às diferenças religiosas. Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma revisão narrativa, utilizando como base de dados as plataformas Portal Capes, Scielo, Sucupira, Google Acadêmico, Academia Edu, BDTD e Redalyc. Os critérios de inclusão foram estudos que abordassem a relação entre ciência e religião no contexto brasileiro, considerando a perspectiva decolonial e a intolerância religiosa. A revisão da literatura mostrou que as discussões sobre a relação entre ciência e religião no contexto brasileiro ainda são escassas e pouco exploradas sob a perspectiva decolonial. Além disso, a intolerância religiosa é uma realidade presente em diversos âmbitos da sociedade brasileira, incluindo o educacional e religioso. Considerando essas dificuldades encontradas na literatura e a sensibilidade do tema, é fundamental que sejam realizados mais estudos e pesquisas sobre a relação entre ciência e religião sob a perspectiva decolonial, a fim de promover uma reflexão crítica e uma mudança de paradigma em relação às diferenças religiosas. Em conclusão a relação entre ciência e religião no Brasil ainda é marcada por uma herança colonial que influencia as atitudes de intolerância religiosa e que maiores debates e estudos devem ser conduzidos mesmo que se trate de um assunto sensível.

Palavras-chave: Ciência, Religião, Decolonialidade, Brasil, Diálogo inter-religioso.

1 INTRODUÇÃO

A relação entre ciências e religião tem sido objeto de discussão por séculos, gerando inúmeros debates e polêmicas. No contexto brasileiro, essa relação é marcada pela herança colonial que influenciou atitudes de intolerância religiosa, tanto no âmbito educacional quanto religioso.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

² Doutoranda no Programa de Ensino e História das Ciências e da Matemática - UFABC. Possui graduação em Pedagogia pelo Instituto Metodista de Ensino Superior (1987), mestrado em Educação: História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996) e especialização em Gestão Educacional pela Fundação de Apoio à Faculdade de Educação da USP, FAFE/SP. E-mail: cecilia.prado@ufabc.edu.br ; ;

³ Professor orientador: Doutora em História – USP/SP; Coordenadora da Pós Graduação Lato sensu Educação em Direitos Humanos/ UFABC; Docente da Pós-Graduação de Ensino, História e Filosofia das Ciências e Matemática. E-mail: ana.dietrich@ufabc.edu.br .

Desde o período colonial, o Brasil tem uma história de intolerância religiosa. A chegada dos colonizadores portugueses trouxe consigo a imposição da religião católica como única religião permitida no país, o que levou à perseguição e repressão de outras crenças, como as religiões afro-brasileiras e as religiões indígenas (USARSKI, 2019, p. 113).

No âmbito educacional, a influência da igreja católica também foi marcante. Durante muitos anos, a educação no Brasil esteve nas mãos da igreja, que era responsável por disseminar os valores e as crenças da religião católica. Isso contribuiu para a formação de uma cultura que privilegiava o conhecimento europeu em detrimento do conhecimento local e indígena (PINHEIRO, 2019).

Essa herança colonial ainda pode ser percebida hoje em dia, nas diversas manifestações de intolerância religiosa que ocorrem no país. Muitas vezes, as religiões afro-brasileiras são alvo de discriminação e violência, seja por preconceito ou por falta de conhecimento sobre essas crenças (CIGALES; BARBOSA, 2018). No entanto, enfrentar essa herança colonial em busca de perspectivas de saber não eurocêntrico tem uma longa e valiosa tradição na América Latina. Desde a década de 1960, intelectuais e ativistas vêm lutando por uma valorização das culturas e saberes locais, em contraposição ao pensamento hegemônico europeu (OLIVEIRA; SALGADO, 2020).

Essa busca por perspectivas não eurocêntricas tem sido especialmente importante no campo da educação. Muitos educadores têm proposto uma educação intercultural, que valorize as diferentes culturas e saberes presentes no país, e que reconheça a diversidade como uma riqueza a ser preservada (MCGRATH, 2005, p.47 ; USARSKI, 2019, p. 156).

Na religião, também tem havido movimentos de resgate das tradições locais, como as religiões afro-brasileiras e as religiões indígenas. Essas crenças têm sido valorizadas como patrimônio cultural e como formas legítimas de expressão religiosa (PICCIN; FINARDI, 2021).

Conforme observado a imposição da religião católica pelos colonizadores portugueses e a repressão de outras crenças, como as religiões afro-brasileiras e as religiões indígenas, são exemplos dessa herança colonial que ainda se faz presente na sociedade brasileira (MAIA, 2020). A superação desses desafios requer um esforço coletivo de valorização das diferentes culturas e saberes presentes no país, e um compromisso com a promoção do diálogo e do respeito entre as diferentes crenças e tradições religiosas (OLIVEIRA; SALGADO, 2020).

Diante o exposto, o estudo visou discorrer sobre a relação entre ciências e religião sob a perspectiva de um giro decolonial, a fim de desvelar como a herança colonial influenciou as atitudes de intolerância religiosa vivenciadas no Brasil, tanto no âmbito educacional quanto religioso.

2 METODOLOGIA

O estudo se tratou de uma pesquisa qualitativa, no formato de revisão narrativa da literatura, se utilizou as seguintes bancos de dados Portal Capes, Scielo, Sucupira, Google Acadêmico, Academia Edu, BDTD e Redalyc. Além disso, se utilizou das seguintes descritores: “decolonial”, “ensino de ciência”, “ensino superior”, “intolerância religiosa”, “religião”. Se visando principalmente identificar estudos decoloniais que tratassem da intolerância religiosa no ensino de ciências no ensino superior.

No entanto, as buscas realizadas não foram bem-sucedidas em encontrar material diretamente relacionado ao nosso estudo. O material mais próximo encontrado foi a tese de doutorado de Oliveira (2017), que, embora não se auto-identifique como uma experiência decolonial, apresenta ações que podem ser identificadas como tal. Por meio de uma pesquisa-ação, Oliveira buscou organizar uma disciplina para a formação inicial de professores de ciências sob a perspectiva da Educação em Direitos Humanos, com o objetivo de desvelar as diversas relações sociais. Este é um tema que será explorado em detalhes no decorrer desta revisão.

3 REVISÃO DA LITERATURA

3.1 ESTUDOS DECOLONIAIS

Estudos pós-coloniais, também conhecido por teoria decolonial⁴ não são novidades e nem foram inaugurados por Anibal Quijano, mas por se tratar de um dos autores bastante referenciado no tema, utilizaremos as ideias por ele apresentada em seu clássico “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina” (QUIJANO, 2005) para introduzir as ideias que exploraremos nesse artigo.

O colonialismo na América Latina revelou-se não apenas como uma nova forma de colonizar no mundo todo, mas, simultaneamente, como a constituição colonial dos saberes, das linguagens, da memória e do imaginário.

A chegada dos portugueses em terras brasileiras marcou um período de grandes alterações materiais e subjetivas das relações sociais mundial, um período em que a descoberta da América colocou a Europa como centro do mundo capaz de impor um novo padrão de poder

⁴ Não há consenso quanto ao uso do conceito decolonial/descolonial, ambas as formas se referem à dissolução das estruturas de dominação e exploração configuradas pela colonialidade e ao desmantelamento de seus principais dispositivos. Apesar de Anibal Quijano, entre outros, preferir referir-se à descolonialidade, a maior parte dos autores utiliza a ideia de decolonialidade. Aqui adotaremos o termo decolonial.

mundial, integrando povos de todo o mundo nesse processo. Conceituado pelos europeus de modernidade, tal período fez com que a América se constituísse como:

“[...] o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira identidade da modernidade. Dois processos históricos convergiram e se associaram na produção do referido espaço/tempo e estabeleceram-se como os dois eixos fundamentais do novo padrão de poder. Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa ideia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. Nessas bases, conseqüentemente, foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder. Por outro lado, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial.” (QUIJANO, 2005, p.107).

O autor Quijano (2005) discorre que o conceito de raça foi um pressuposto que legitimou todas as formas de dominação da colonialidade sobre os povos colonizados. Fundamental para o desenvolvimento do colonialismo, surgiu para justificar e naturalizar o violento processo de dominação colonial, especialmente frente aos escravos trazidos da África (e aos indígenas), estabelecendo diferenças desproporcionais entre colonizador e colonizado.

Crendo num processo evolucionista, unilinear e unidirecional da história humana, de algum estado de natureza à sociedade moderna europeia; por seu lugar central e dominante no capitalismo mundial colonial/moderno, por se entenderem como o ápice da humanidade e do progresso, pautados na ideia imagem da história da civilização humana como uma trajetória que parte de um estado da natureza e termina na Europa, os europeus estabeleceram um padrão de modernidade e racionalidade por eles imaginadas como experiências e produtos exclusivos seus, uma dualidade em que eles não só se consideravam superiores a todos os demais povos, mas naturalmente superiores, classificando os povos colonizados como raças inferiores e portanto anteriores aos europeus (CIGALES; BARBOSA, 2018).

Não os índios da América, tampouco os negros da África. Estes eram simplesmente primitivos. Sob essa codificação das relações entre europeu/não-europeu, raça é, sem dúvida, a categoria básica. (QUIJANO, 2005, p.111).

Infelizmente tal herança prevalece. Para Bragato (Apud. AZEVEDO, 2018) os discursos coloniais que representaram o outro não-europeu como um degenerado, ser inferior, continuam funcionando a pleno vapor para manter grande parte da humanidade excluída de sua capacidade de ser livre; a classificação que a modernidade fez, tornou descartáveis os indígenas, os refugiados; outros são úteis para exploração do trabalho os negros, latinos, asiáticos pobres em seus países, outras para reforçar o papel de denominação burguesa patriarcal. Desde a chegada às Américas, os europeus entenderam que trabalho pago era privilégio dos brancos,

associando o trabalho não pago ou não assalariado com as raças dominadas, consideradas raças inferiores.

Ao se transformar em centro moderno, os europeus desenvolveram um traço comum a todos os dominadores coloniais e imperiais da história, o etnocentrismo. No caso europeu, esse traço tinha como fundamento a justificativa racial.

Cada povo, com sua história, linguagem, saberes e produtos culturais, memória e identidade, foram apagados e homogeneizados, se antes os povos mais desenvolvidos como os astecas, maias, chimus, aimarás, incas, chibchas etc., tinham suas particularidades e subjetividades, a partir desse processo colonizador pautado na raça, reduziram-se a uma única identidade: **índios**. O mesmo ocorreu com as populações africanas: achantes, iorubás, zulus, congos, bacongos etc... transformadas em escravos e reconhecidos a partir de então como **negros**. (QUIJANO, 2005, p.115). Nunca anteriormente ao período de colonização das Américas tal conceito/classificação havia sido adotado, a raça como critério básico de classificação social universal da população do mundo, hierarquizou a população estabelecendo uma distância entre eles, o branco europeu e os “demais”. Credo que eles (europeus) estavam no topo da pirâmide do processo civilizatório e os negros (ou africanos), índios, oliváceos, amarelos (ou asiáticos), nessa sequência, estão mais próximas da natureza, portanto distantes do conhecimento, alegação utilizada para justificar a dominação e exploração europeia (QUIJANO, 2005, p. 118):

“A formação de relações sociais fundadas nessa ideia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras. Assim, termos com espanhol e português, e mais tarde europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população.”

Ser europeu, até então, era uma denominação geográfica, que a partir do período de dominação colonial, reconheceram-se como brancos, que na modernidade era entendido como ser racional, ser humano racional, portanto com legitimidade para dominar a natureza, e aqueles que não compactuam com os preceitos civilizatórios europeu, são os primitivos, estão ligados mais a natureza e desprovidos de racionalidade, portanto, sujeitos a serem dominados e civilizados de acordo com os preceitos modernos.

O conceito binário, dualista estabelecido criou novas categorias: Oriente-Occidente, primitivo-civilizado, mágico/mítico-científico, irracional-racional, tradicional-moderno. Em

suma, Europa e não-Europa, conceitos expandidos mundialmente, de forma hegemônica, no processo de expansão do domínio colonial europeu sobre o mundo.

Tal classificação orientou todas as relações de dominação e expurgou o máximo de gente possível da categoria humana, e, as categorias de raça foram fundamentais na distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade.

A classificação racial da população e a velha associação das novas identidades raciais dos colonizados com as formas de controle não pago, não assalariado, do trabalho, desenvolveu entre os europeus ou brancos a específica percepção de que o trabalho pago era privilégio dos brancos. A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário. Estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefício de seus amos. (QUIJANO, 2005, p. 110)

O estabelecimento de funções laborais fora estabelecido a partir da divisão racial do trabalho, reverberando em todos em todos os campos sociais, não só no trabalho, mas na cultura, religião, desenvolvimento científico, enfim, em todo tipo de conhecimento que se tem história.

A raça, desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. (QUIJANO, 2005, P.107/108)

Tal ideia de superioridade, ou etnocentrismo europeu, através da raça, definindo quem dever assumir quais papéis sociais, determinou o papel destinado aos negros: escravidão, senzala, maus tratos e apagamento da cultura e religiosidade africana ou afro-brasileira.

Em que pese, as teses de raça superior e inferior, atualmente tenham sido abolidas pela biologia, na atualidade adotamos como raça, a raça humana, reconhecemos que a ideia de raça, como bandeira de luta, ainda faça-se necessária, exatamente para descolonizar, reescrever a história dos povos marginalizados pela visão eurocêntrica, ainda presente em atitudes como por exemplo menor salário das raças consideradas inferiores pelo mesmo trabalho dos brancos, agravada se foram executadas por mulheres negras periféricas.

3.2 DECOLONIALISMO RELIGIOSO

No Brasil, diferentemente de outras colonizações, como Estados Unidos e África do Sul, não houve criação de leis segregacionistas. A miscigenação que ocorreu no país minimizou a relação conflituosa entre as raças, resultando na crença de que somos um país democrático racial, que convive harmoniosamente com a diversidade. Porém, esse conceito não reconheceu a violência e o preconceito estrutural contra os negros como um problema real e persistente (FERNANDES, 2015).

Florestan Fernandes (2015) chamou de "mito da democracia racial" a visão de que no Brasil não havia discriminação racial, contribuindo para silenciar o debate sobre a exclusão e reivindicações da população negra. Essa visão negava a existência do racismo e dificultava o reconhecimento das condições vividas pela população negra, negando-lhes a cidadania e contribuindo para sua manutenção.

O mito da democracia racial naturalizou a exploração laboral e a intolerância à cultura negra, minimizando possibilidades acadêmicas. Esse fenômeno é retratado por Caldeira e Albuquerque (2022) como a colonialidade do saber, resultante do eurocentrismo, que gera uma dupla exclusão: ontológica e epistemológica, objetivando a dominação política e econômica, conhecida como colonialidade do poder.

Durante séculos, a Europa e o cristianismo foram vistos como os modelos ideais de civilização e religião, formando uma visão do mundo que era considerada o ápice da evolução humana. Essa visão influenciou práticas em diversas áreas, desde religião e medicina até ciência, tecnologia, política, educação, cultura e meio ambiente.

A visão europeia e cristã era considerada a única forma válida de explicação do mundo, e quem não a seguia era desqualificado ontologicamente. Para o cristianismo, não ter religião significava não ter alma e ser tratado como um animal, o que foi usado para justificar a escravidão dos africanos, considerados seres bestializados e não humanos. Essa concepção de não humanidade é a base do racismo, da exclusão e da intolerância religiosa.

Quijano (2005) argumenta que a escravidão de africanos e o controle do trabalho foram acompanhados pelos discursos racistas religiosos e de cor, resultando na criação de categorias fenotípicas (negros, amarelos, brancos) que foram fundamentais para a expansão global da modernidade. Essa racialização criou identidades baseadas na categoria de "raça" e foi essencial para manter as relações de dominação do padrão de poder do capitalismo mundial.

A motivação ontológica de não humanidade dos povos não europeus, como os africanos escravizados, está ligada à visão epistemológica que envolveu ciências e religião no período moderno. Essa perspectiva eurocêntrica, colonial, capitalista e cristã controlava a subjetividade individual, a cultura e a produção e reprodução do conhecimento, visando a objetividade teórica. O racionalismo científico moderno também incluiu o fenômeno religioso como objeto de estudo.

“A partir desse contexto, a religião deixa de ser a única promotora de sentidos na sociedade e a ciência ocupa o seu lugar epistemológico. Posto que, a partir desse momento histórico é o próprio homem, dispondo da razão científica, quem se julgará capaz de decifrar as leis que regem a natureza, que em razão disso, passa a ser encarada como serva e hostil, e, portanto, passível de dominação e controle,

destituindo, assim, a sublimidade da providência divina do lugar de centralidade significativa na cosmovisão dos sujeitos (AMARO, 2022)”.

Essa concepção de racionalidade técnica-científica é influenciada pelo sistema capitalista e pela religião monoteísta cristã, que propagam a crença na superioridade dos sujeitos culturais brancos, cristãos e europeus. Esse colonialismo do sagrado persiste até hoje, naturalizando essa lógica católico-cristã na visão de mundo das pessoas e das sociedades.

“Desta maneira, modernidade, racionalidade, cristianismo, capitalismo e ocidentalismo aparecem associados num projeto de dominação hegemônica que visa subjugar as expressões culturais e religiosas que não se enquadrem nesse padrão imposto pela Europa colonizadora e, que, é socialmente reproduzido irrefletidamente desde então. Trata-se de um sistema de exploração social, que torna as epistemologias e as expressões culturais e religiosas submissas à racionalidade eurocêntrica (AMARO, 2022)”.

A racionalidade ocidental, baseada na evolução e na religião cristã, foi imposta como única e universal, tendo a Igreja Católica como responsável por impor sua fé, língua e cultura aos povos colonizados, justificando tal imposição pela crença na inferioridade e irracionalidade desses povos e de suas crenças religiosas.

Destaca-se que a religião atuou historicamente como uma entidade identitária normativa, impondo regras de conduta e moralidade, estruturando a sociedade subjetivamente e construindo cosmovisões. Essa influência se reflete na vida cotidiana e compromete o combate à intolerância religiosa (AMARO, 2022).

Os estudos decoloniais buscam resgatar os modelos epistêmicos e ontológicos que suprimiram identidades e culturas místico-religiosas durante a colonização, invisibilizando expressões religiosas não cristãs. Para enfrentar essa situação, é necessário identificar e discutir amplamente temas místico-religiosos, considerar estudos de caso que tragam experiências subjetivas de sujeitos particulares, promover estudos localizados e admitir o sagrado como categoria legítima de construção do pensamento e das cosmovisões (AMARO, 2022).

Para resgatar saberes invisibilizados é preciso desconstruir as epistemologias eurocentradas modernas que geraram ódio às religiões não europeias, reconhecendo a relevância dessas religiões que resistiram à colonização. Essa tarefa interdisciplinar exigirá a participação de todas as áreas do conhecimento e da sociedade. No ensino superior, há iniciativas metodológicas voltadas para valorizar o pluralismo religioso, visando uma interpretação comprometida com o combate à intolerância religiosa.

3.3 DECOLONIALISMO E O ENSINO DE CIÊNCIAS NO ENSINO SUPERIOR

O eurocentrismo ignorou saberes como Espaço, Tempo, Natureza e Sociedade, silenciando diálogos com minorias étnicas e grandes civilizações. A colonialidade do saber

negou e invisibilizou conhecimentos produzidos por países marginalizados pelo Ocidente, expropriando a cultura dos colonizados e forçando-os a aprender a cultura dos dominadores. Esse processo reprimiu formas de produção de conhecimento dos colonizados, incluindo sua subjetividade e religiosidade, perpetuando a dominação (PINHEIRO, 2019).

É este o caso da religiosidade judaico-cristã. Todo esse acidentado processo implicou no longo prazo uma colonização das perspectivas cognitivas, dos modos de produzir ou outorgar sentido aos resultados da experiência material ou intersubjetiva, do imaginário, do universo de relações intersubjetivas do mundo; em suma, da cultura (QUIJANO, 2005, P.110/111).

Mesmo após o fim do colonialismo, os valores e padrões eurocêntricos ainda exercem influência nas relações, perpetuando a chamada colonialidade do poder nos povos colonizados (PINHEIRO, 2019). O pensamento decolonial busca reconhecer a existência de produção de conhecimento fora da episteme eurocêntrica e romper com a estrutura de dominação e inferiorização ainda presente nas sociedades pós-coloniais. Apesar da busca hegemônica do modernismo, os diversos saberes científicos de povos ao redor do mundo não foram extintos pelos europeus (CIGALES; BARBOSA, 2018).

O decolonialismo propõe uma desconstrução das epistemologias eurocentradas e a valorização de saberes que foram invisibilizados e subalternizados pela colonialidade do saber. Essa perspectiva pode ser aplicada no ensino de ciências no ensino superior, visando o reconhecimento e valorização do pluralismo religioso e cultural, e combatendo preconceitos e intolerâncias. Isso pode ser feito por meio de metodologias que promovam o diálogo intercultural e a participação ativa dos estudantes, como a realização de estudos de caso, a discussão de temas místico-religiosos e a inclusão de cosmologias e cosmovisões de diferentes comunidades. Dessa forma, o ensino de ciências pode contribuir para uma interpretação de mundo e sociedade comprometida com o combate à colonialidade do saber e à promoção de uma educação mais inclusiva e diversa (OLIVEIRA; SALGADO, 2020).

Destacamos aqui um importante trabalho acadêmico, a tese de doutoramento de Roberto Dalmo Varallo Lima de Oliveira. Utilizando como um de seus referenciais Stuart Hall, Oliveira (2017) buscou alinhar discussões sobre Educação em Direitos Humanos com Educação em Ciências e a pedagogização dos conteúdos de Ciências a partir da perspectiva da Educação em Direitos Humanos, introduzindo questões como:

[...] a dissociação dos Direitos Humanos de um “Direito de bandidos”; a reflexão sobre preconceito e o conceito de cultura; reflexões sobre igualdade x diferença e sobre a indiferença; os conceitos de máximos e mínimos éticos; e a ideia de banalidade do mal. Além disso, buscou-se apresentar a visão do curso sobre Educação em Direitos Humanos e a relação com a Educação em Ciências abordando temas como “Mulheres na Ciência”, propondo reflexões sobre gênero e machismo; a elaboração de materiais didáticos de Ciências que pretendem ser aliados no enfrentamento do preconceito por origem geográfica, por questões étnico-raciais, sexualidade e gênero; e uma reflexão sobre saberes tradicionais e saberes científicos e exemplos de projetos CTS-ARTE (OLIVEIRA, 2017, p. 25).

Destaca-se que o docente e pesquisador Roberto Dalmo Varallo Lima de Oliveira organizou publicações que apresentam a perspectiva de incluir temas socioambientais, éticos e estéticos, e diversidades étnico-raciais, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural nas aulas de ciências no ensino superior. Isso pode ser feito de forma inter e transdisciplinar, desconstruindo a visão eurocêntrica e contribuindo para o processo de decolonialismo. Oliveira propõe currículos que pensam por outras lógicas não hegemônicas.

Incluir as especificidades das tradições afrodiáspóricas no ensino superior, a partir da perspectiva decolonial, significa ir além dos ritos e dogmas, e também discutir a importância dos territórios sagrados como lugares de resistência, afirmação e pertencimento. É uma forma de dialogar com diferentes valores humanos e transformar o mundo em um espaço que considera a diversidade cultural, permitindo que todos convivam de forma digna e respeitosa. Adeptos da umbanda e do candomblé são vítimas frequentes de preconceito, violência e racismo religioso, e é necessário combater essas formas de opressão por meio da educação e da valorização da diversidade cultural.

Em suma, o decolonialismo propõe uma ruptura com a estrutura de dominação presente nas sociedades pós-coloniais, buscando reconhecer a produção de conhecimento fora da episteme eurocêntrica. No contexto do ensino superior, isso implica em incluir temas socioambientais, éticos e estéticos, e trabalhar de forma inter e transdisciplinar, em uma lógica contra hegemônica, que desconstrua pensamentos hegemônicos e promova a diversidade de saberes. Dessa forma, o ensino de ciências pode contribuir para o processo de decolonialismo e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, este artigo buscou discorrer sobre a relação entre ciências e religião sob a perspectiva de um giro decolonial, tendo como objetivo desvelar como a herança colonial influenciou as atitudes de intolerância religiosa vivenciadas no Brasil, tanto no âmbito educacional quanto religioso. As dificuldades encontradas na literatura evidenciam a sensibilidade do tema e a complexidade de tratar questões que envolvem crenças religiosas e a construção de conhecimento científico.

A partir de uma análise decolonial, foi possível perceber como as estruturas coloniais influenciaram a relação entre ciências e religião, contribuindo para a disseminação de atitudes intolerantes e discriminatórias contra religiões afro-brasileiras e outras minorias religiosas. Nesse sentido, torna-se necessário repensar a forma como o conhecimento é produzido e ensinado nas universidades, a fim de valorizar os saberes tradicionais e promover a inclusão de

outras perspectivas, como a religiosidade e a diversidade cultural, para combater o preconceito e a intolerância religiosa.

Por fim, é importante destacar a sensibilidade do tema abordado e a necessidade de um olhar crítico e atento para as questões que envolvem ciências, religião e colonialidade. É fundamental que a academia e a sociedade como um todo promovam um diálogo aberto e inclusivo, valorizando as diferentes perspectivas e tradições, a fim de construir uma sociedade mais justa, plural e respeitosa com as diferenças.

REFERÊNCIAS

AMARO, Flavia Ribeiro. **Um giro epistemológico nos estudos sobre religião: a decolonialidade do sagrado**. Revista TEL, Irati, v. 13, n.1, p. 151-171, jan./jun. 2022- ISSN 2177-6644. Disponível em <https://revistas.uepg.br/index.php/tel/issue/view/868> Acesso em 22/mar/2023.

AZEVEDO, Wagner Fernandes de. **O legado de Aníbal Quijano para o pensamento latino-americano descolonizado**, Instituto Humanitas Unisinos, 2018. Entrevista disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/188-noticias-2018/579677-o-legado-de-anibal-qui-jano-para-o-pensamento-latino-americano-descolonizado> Acesso em 06.mar.2023.

CALDEIRA, Cleusa e ALBURQUERQUE, Francisco das Chagas de. “**Questões Críticas nos Estudos da Teologia Negra em perspectiva decolonial**”. *Theologica Xaveriana* vol. 72 (2022): 1-27. <https://doi.org/10.11144/javeriana.tx72.qcetn> Acesso em 20/mar/2023.

CIGALES, Marcelo; BARBOSA, Inaê Iabel. Educação, Crítica Decolonial e Ensino de Ciências Sociais: entrevista com Adelia Miglievich-Ribeiro. **Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais**, p. 146–156, 2018.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

MAIA, Marina Helena Rodrigues. **O catolicismo secularizado: uma análise dos católicos nominais não praticantes**, 2020.

MCGRATH, Alister E. **Fundamentos do diálogo entre ciência e religião**. [S. l.]: Edicoes Loyola, 2005.

OLIVEIRA, Roberto Dalmo Varallo Lima de. **A formação de professores de ciências em uma perspectiva de educação em direitos humanos**. Tese (Doutorado) Rio de Janeiro: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Programa de Pós-graduação em Ciência Tecnologia e Educação, Rio de Janeiro: 2017.

OLIVEIRA, Roberto Dalmo Varallo Lima de; SALGADO, Stephanie Di Chiara. **A Educação em Direitos Humanos no Ensino de Ciências em interface com a teoria do Giro Decolonial:**



uma análise. **Ensino em Re-vista**, v. 27, n. 2, p. 698–726, 2020.

PICCIN, Gabriela Freire Oliveira; FINARDI, Kyria Rebeca. Abordagens críticas/decoloniais na educação superior:(in) visibilidades nas/das epistemologias de (des) construção das internacionalizações. **Línguas & Letras**, v. 22, n. 52, 2021.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. Educação em ciências na escola democrática e as relações étnico-raciais. **Revista brasileira de pesquisa em educação em ciências**, p. 329–344, 2019.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas..* Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005, p. 107/130. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/> Acesso em 06.mar.2023.

SANTOS, Carlos Alberto Ivanir dos; DIAS, Bruno Bonsanto; SANTOS, Luan Costa Ivanir dos. **II Relatório sobre Intolerância Religiosa: Brasil, América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro;; Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP), 2023.

USARSKI, Frank. **O espectro disciplinar da ciência da religião**. Paulinas, 2019.